Ordem do dia
Ponto n.º 39

Ata n.º 08
2019.04.17

EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. - RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2018 - Presente o ofício 008-GER/2019, acompanhado do "Relatório de Gestão e Contas - período de 2018" do EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., em anexo.----------

O Senhor Presidente exarou o seguinte despacho: "À reunião de Câmara."----------

Deliberação - A Câmara Municipal delibera aprovar o Relatório e Contas do EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., referentes ao ano de 2018 e remetê-los à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por 5 votos a favor e 4 abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva.----------

---

À reunião de Câmara
10.04.2019

Escola Profissional de Felgueiras

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Felgueiras

N/Refª: 008 – GER/2019 Felgueiras, 2019 abril 04

ASSUNTO: **Prestação de Contas – Exercício de 2018**

Exmos. Senhores,

Em cumprimento dos princípios legais, apresentamos em anexo, o "Relatório de Gestão e Contas – período de 2018", da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., que foi aprovada em Assembleia Geral da empresa no dia 04 de abril de 2019.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.
Gerência

EPF- ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.
RUA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FELGUEIRAS, 104 – 4610-165 FELGUEIRAS
TELEFONE:255 312 482 – FAX: 255 312 419 – EMAIL: EPF@EPFELGUEIRAS.PT
Cofinanciado por:
POCH PORTUGAL 2020 UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

Escola Profissional de Felgueiras

EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano 2018

I - Balanço do ano de 2018

- Relato Genérico
- Atividade Formativa
- Enquadramento Económico Financeiro

II - Perspetivas de Evolução para o ano de 2019

III - Proposta de Aplicação de Resultados

I - Balanço do ano de 2018

1.1 Relato genérico

Para cumprimento do dever de informação e conforme o disposto na alínea f) do artº 42 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e, ainda, o cumprimento dado pelas alterações contidas na Lei nº 69/2015, de 16 de julho, apresenta-se o presente relatório relativo à análise da atividade da Entidade.

A análise versada neste documento de gestão e de relato reporta-se ao período de análise do exercício económico de 2018 e tem como referência as linhas de orientação e ações preconizadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2018 representando, desta forma, um instrumento de concretização dos princípios de responsabilidade e transparência desta instituição de ensino.

Apesar do contexto global externo adverso e das restrições orçamentais e financeiras, o ano de 2018 apresentou, contudo, resultados francamente positivos. A Escola conseguiu concretizar grande número de participações escolares em projetos e concursos nacionais e internacionais e alcançar bons resultados, o que contribuíram para o engrandecimento da imagem da entidade e para a formação pedagógica dos seus alunos. Os projetos educativo e formativo foram todos integralmente executados, em termos de execução física/horária, atingindo-se os objetivos formativos previstos.

Durante este ano, a Escola continuou a sua aposta num ensino de qualidade e de exigência, por forma a manter a sua reputação, construída de forma sustentada ao longo da sua existência. Deu continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com orientações da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), segundo os princípios e indicadores do Quadro EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a

Educação e Formação Profissionais).

Em termos financeiros verificou-se alguma instabilidade e dificuldade, fruto da transferência tardia dos valores dos reembolsos; sendo no primeiro semestre mais penalizador, devido à indisponibilidade da plataforma Balcão 2020, e sucessivas inconformidades na plataforma que foram ocorrendo durante a preparação e submissão dos reembolsos, e consequente atraso da análise dos mesmos, o que provocou a dependência do crédito bancário, impedindo uma gestão saudável e equilibrada do orçamento global. Os fluxos financeiros dos projetos, melhoraram significativamente a partir de novembro.

Acrescenta-se que no mês de junho foi recebido do Município o valor total de 299.824,42€ (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro euros e quarenta e dois cêntimos); dos quais 198.620,57€ (cento e noventa e oito mil, seiscentos e vinte euros e cinquenta e sete cêntimos) a título de subsídio à exploração, na sequência da assinatura do Contrato Programa (75% do valor global acordado), e os restantes 101.204,07€ (cento e um mil, duzentos e quatro euros e sete cêntimos) relativos à cobertura de prejuízos (ano de 2017). Estes valores destinaram-se à amortização parcial do saldo em dívida da conta corrente caucionada, responsabilidade assumida aquando do pagamento/aquisição dos monoblocos de salas de aulas em finais de 2017.

Assim, é possível afirmar que em termos globais, foi um ano de intenso labor, e apesar das limitações financeiras de que a Entidade padece e do valor de custos considerados não elegíveis pelo POCH (de exercícios anteriores, provocando uma redução dos capitais próprios), conseguiu cumprir os objetivos e metas inicialmente previstos, e ao mesmo tempo ter uma recuperação dos resultados muito favorável, dando a este ano de 2018 uma perspetiva otimista e encorajadora.

Estes resultados são fruto de uma política de gestão assente no rigor e otimização de recursos que a escola tem vindo a adotar, sem colocar em causa a sua missão.

1.2 Evolução da Atividade Formativa

Como habitualmente, ao longo do ano a Escola desenvolveu inúmeras atividades e envolveu-se em grande número de projetos que constam do Plano Anual de Atividades, do qual salientam-se os seguintes objetivos:

- Manter uma oferta formativa diversificada e abrangente, que responda às necessidades de qualificação do tecido empresarial local e regional;
- Manter as políticas de promoção e divulgação da imagem e do projeto educativo da Escola Profissional de Felgueiras;
- Melhorar os laços de cooperação e trabalho com o setor empresarial da região;
- Manter o bom funcionamento da formação em contexto de trabalho, por forma a proporcionar uma adequada formação dos alunos;
- Manter a promoção e desenvolvimento de projetos e atividades formativas que promovam o sentido empreendedor e proativo de todos os elementos da Comunidade Educativa, e em particular os jovens em formação.

O bom nível de execução do Plano Anual de Atividades - documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete a sua metodologia de ensino e aprendizagem voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição.

Destacamos assim a realização das seguintes ações:

Concursos/Competições nas diferentes áreas de influência da Escola

- Festival Nacional de Robótica 2018
- Concurso de Acessórios de Moda integrado no evento "Namorar Portugal" - Vila Verde/Braga - 2º lugar.
- Concurso Internacional de Criadores de Moda "Lenços dos Namorados" - Vila Verde/Braga - 3º Prémio e o Prémio "Vestidos de Sonho - Best Fit".

  Mostra Nacional de Ciência / Concurso de Jovens Cientistas, Fundação da Juventude - garantindo a participação na Feira Internacional de Ciência e Engenharia que decorrerá em Phoenix - Arizona, em maio/2019.

- Concurso Junior Achievement - apurados/participação na Feira Ilimitada
- Concurso Ilídio Pinho - 2018
- Jovens Criadores - 2018 - 1º Prémio
- Roboparty 2018 - Universidade do Minho
- Concurso VS-Solar Challenge (Sintra)
- BGreen Ecological Film Festival
- Concurso de Presépios de Natal
- Concurso de Espantalhos
- Projeto RÁDIO ESCOLA MOVE
- Olimpíadas Nacionais de Informática

Sessões formativas no exterior e visitas de estudo programadas

- Sessões formativas em empresas têxteis, de calçado e afins
- Visita ao planetário do Porto e ao Jardim Botânico e ao Sea Life
- Palestra sobre design (com a participação de ex-alunos da EPF)
- Oficinas criativas
- Sessão Formativa na Bolsa, Fundação Cupertino Miranda e Alfândega do Porto
- Visita ao Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Lindoso e à BOSH
- Exposição III Concurso de Fotografia Ilustre Amarantino

Sessões formativas com participação de entidades parceiras

- DECOJOVEM (Gestos simples para um consumo sustentável, Poupança e Literacia Financeira)
- Comemorações Dia Mundial da Terra e Dia Mundial da Energia
- Sessões de Prática Simulada - Área de Contabilidade e Fiscalidade (Contabilidade Fiscalidade, Gestão Comercial, Marketing Direito do Trabalho, Direito Comercial)
- Jornadas Técnicas de Desenho de Calçado e Marroquinaria e Gestão 2018

- Workshop de fotografia em estúdio
- Sessões formativas em diversas empresas

Atividades de caráter transversal

- Receção aos alunos do 1º ano
- Clube de Robótica
- Torneio de Futsal
- XX - Jogos de Matemática
- Atividade de final de ano letivo

Atividades em contexto social

- Caminhada de Montanha
- Safari Fotográfico

Oferta Formativa

Apesar de um contexto geral particularmente adverso, e das vicissitudes específicas do seu modelo de financiamento e funcionamento, em termos globais, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:
Os cursos em funcionamento durante o ano e conferentes de dupla certificação de nível IV, cursos profissionais, e nível II curso de educação e formação foram os seguintes:

- **Cursos Profissionais (Tipologia 1.6 do POCH):.**

a) Turmas e Cursos

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:
Técnico de Gestão - **3 turmas**
Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria - **3 turmas**
Técnico de Multimédia - **3 turmas**
Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores - **3 turmas**

b) Alunos

O Corpo Discente acolhe atualmente cerca de 298 alunos.

c) Taxas de Conclusão

As turmas finalistas em julho de 2018, apresentaram as seguintes taxas de conclusão:
- Técnico de Gestão
  - ✓ 100% de conclusão - *27 formandos diplomados*
  - ✓
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
  - ✓ 91% de conclusão - *22 formandos diplomados*

- Técnico de Multimédia
  - ✓ 100% de conclusão - *20 formandos diplomados*

- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
  - ✓ 88% de conclusão - *23 formandos diplomados*

Os dados obtidos afirmam-se, claramente, no patamar de classificação de excelente quando comparados com as metas de concretização exigidas pela DGEST (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares).

a) Empregabilidade

Apesar do contexto sócio económico nacional desfavorável e particularmente adverso à inserção dos jovens no mercado de trabalho, as taxas de empregabilidade dos nossos formandos finalistas mantiveram elevado desempenho, atingindo os seguintes valores, em dezembro de 2018:

- Técnico de Gestão
  - **78% de empregabilidade**
    (70% no mercado de trabalho e 30% no ensino superior)

- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
  - **67% de empregabilidade**
    (92% no mercado de trabalho e 8% no ensino superior)

- Técnico de Multimédia
  - **75% de empregabilidade**
    (100% no mercado de trabalho)

- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
  - **73% de empregabilidade**
    (94% no mercado de trabalho e 6% no ensino superior)

Os resultados finais alcançados, muito idênticos aos de anos anteriores, continuam a ser um resultado animador, face à geração e tipologia de alunos. Foi o esforço coletivo, empenhado e perseverante de formadores e demais equipas pedagógicas que permitiu o alcance dos resultados finais evidenciados.

O esforço de manutenção de elevadas taxas de conclusão dos cursos continua a apresentar-se como condição necessária à ação educativa, dado o peso fundamental deste parâmetro no processo de avaliação externa da entidade perante as suas entidades tutelares, fazendo parte integrante da contratualização de resultados que é anualmente formalizada entre as partes. Realça-se mais uma vez que a escola pauta, também, a sua intervenção por uma atitude proativa, colaborante e contínua no acompanhamento dos formandos que ainda não concluíram os seus percursos formativos, visando o sucesso educativo pleno.

- Cursos de Educação-Formação de Jovens *(Tipologia 1.3 do POCH):*

a) ***Curso de Educação-Formação (CEF)***

Em 2017 iniciou uma turma desta tipologia, 1º ano do CEF de Assistente Administrativo, cuja duração do curso é de dois anos.

b) Alunos

O curso envolve uma turma com um total de 17 formandos (2ºano)

Centro Qualifica *(Tipologia 2.1 do POCH):*

Relativamente à atividade do Centro Qualifica, há a referir que presta serviços à comunidade que consistem na informação, orientação e encaminhamento para uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação para uma integração qualificada no mercado de trabalho.

O Centro Qualifica também é responsável por desenvolver Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar, tendo como objetivo potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica.

O projeto inicial terminou a 30-09-2018, pelo que, foi apresentada e aprovada nova candidatura (início a 01-out-2018 a 31-dez-2020), permitindo assim, a continuidade desta valência social e profissional em benefício da população.

Quadro 1 - Resumo das metas físicas contratualizadas e resultados (em nº de adultos):

Projeto (janeiro - setembro/2018)

Objetivos/Execução	Metas Janº a set.-2018	Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	Taxa de Execução
Inscritos	400	89	100	211	400	100%
Encaminhados	360	42	53	100	195	54%
Encaminhados para o processo RVCC	216	22	37	1	60	28%
Certificados	86	14	25	6	45	52%

O Centro Qualifica, atingiu até ao final do ano de 2018, os seus objetivos no que ao número de inscritos diz respeito. As restantes metas ficaram abaixo do estabelecido, pelas seguintes ordens de razão: baixo nível de oferta de formação ao nível das UFCDs por parte das entidades formadoras, o que afeta os encaminhamentos; ausência de incentivos à realização de processos RVCC, nomeadamente a não atribuição de subsídios de apoio à frequência da ação, fator que afeta tanto o encaminhamento para RVCC como a posterior certificação. Acresce, que há fatores

conjunturais regionais que condicionam a adesão do público alvo em geral, e no caso particular de Felgueiras, o fator (positivo) de elevada taxa de empregabilidade que se regista, a que se junta a caraterística de existir baixa procura de trabalhadores diferenciados, afetam de modo significativo o nível de procura ativa de formação.

1.3 Enquadramento Económico-Financeiro

1.3.1 - Reembolsos

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública.

Assim, em termos de situação parcial aferida a 31 de dezembro de 2018, da formação cofinanciada, a situação de ressarcimento/reembolso era a seguinte:

Quadro 2 - Ponto de situação de reembolsos por receber

Projetos/Montante Aprovado		Valores a Receber
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2016/2019 (Proj. nº 1120)	2.863.535,18 €	602.225,09 €
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2017/2020 (Proj. nº 1667)	1.444.133,54 €	902.299,90 €
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2018/2020 (Proj. nº 2131)	1.024.555,37 €	930.648,65€
POCH 1.3 - C. Educ.-Formação -2017/2019 (Proj.nº 1088)	160.562,48 €	83.030,85 €
Centro Qualifica 2017/2018 (Proj.nº 282)	167.554,74 €	110.594,42 €
Centro Qualifica 2018/2020 (Proj.nº 726)	215.424,00 €	214.225,82 €
POCH 1.1 - Cursos Vocacionais 2015/2016 (Proj. nº 405)**	174.489,06 €	**18.536,22 €
POCH 1.1 - Cursos Vocacionais 2016/2017 (Proj. nº 753)*	121.376,47 €	* 57.784,78 €
POCH 3.1 - CQEP 2015/2016 (Proj. nº 110)*	98.633,27 €	***- 36.460,26 €
SITUAÇÃO FINAL Reembolsos a Favor da EPF	**6.270.264,11 €**	**2.882.885,47 €**

Notas adicionais:

Nos valores a receber, está refletido o valor remanescente e a aguardar transferência em 2019, relativo ao Contrato Programa de 2018 (valor aprovado 264.827,42€, foram transferidos 198.620,57€ até 31/12/2018).

* Relativamente ao Projeto nº 753 - Cursos Vocacionais 2016/2017, esses valores não serão integralmente recebidos, pelo que, provocará um impacto negativo em

termos de tesouraria e de rédito de exercícios anteriores. Acrescenta-se que foi enviado o pedido de saldo final, mas aguarda análise e decisão final do pedido de pagamento por parte do POCH.

** O Projeto nº405 - Cursos Vocacionais 2015/2016 foi encerrado em janeiro de 2019, do qual resultaram custos suportados e considerados não elegíveis pelo POCH, no valor de 33.232,30€.

***No que respeita aos valores do Projeto nº 110 - CQEP 2015/2016, a execução ficou aquém do aprovado, pelo que obrigará à devolução de 36.460,26€.

I. 3.2 - Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos custos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta *"Fornecimentos e Serviços Externos"*, cujo total era:

Em dezembro 2018: 521.025,28€ Em dezembro 2017: 561.287,54€

Quadro 3 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2018	2017	
Alimentação - Formandos	183.985,10€	198.866,17€	-7,48%
Transporte - Formandos	118.776,92€	124.080,88€	-4,27%
Honorários	87.902,84€	98.234,02€	-10,52%
Trabalhos Especializados	40.423,51€	40.037,84€	+0,96%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	11.312,19€	10.231,40€	+9,55%
Rendas e Alugueres	6.334,69€	1.070,52€	+491,74%

Da análise do quadro anterior, ressalta um contexto generalizado de variações negativas e pouco significativas.

A variação positiva na rubrica *"Rendas e Alugueres"* deveu-se à locação do monobloco pré-fabricado climatizado para o funcionamento do bar escolar, cujo contrato de aluguer cessou a fevereiro de 2019, resultante da renovação de um espaço/edifício que fazia parte das antigas instalações do ISCE.

Também a rubrica Materiais Pedagógicos aumentou, resultado do grande envolvimento e participações em concursos, a nível nacional e internacional.

A variação negativa na rubrica *"Honorários"* deveu-se à diminuição de horas lecionadas por formadores externos, em detrimento de formadores internos, refletindo-se na rubrica de "Gastos com o Pessoal".

1.3.3 - Execução Orçamental

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

Quadro 4 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2018			Resultado Exploração Ano	Taxa de Execução Ano.	Desvios Ano	
	Janeiro a Agosto	Setembro a Dezembro	Orçamento de Exploração Total			em valor	em %
Total de Rendimentos	**1.090.526,00 €**	**392.731,00 €**	**1.483.257,00 €**	**1.439.950,80 €**	**97%**	**-43.306,20€**	**-3%**
Subsídios à Exploração	**1.081.659,00 €**	**388.298,00 €**	**1.469.957,00 €**	**1.425.028,32 €**	**97%**	**- 44.928,68€**	**-3%**
POCH - Cursos Profissionais	935.094,00 €	315.016,00 €	1.250.109,00 €	1.314.574,10 €	105%	64.464,10 €	5%
POCH - Curso Educação e Formação	50.998,00 €	25.499,00 €	*76.497,00 €	61.846,96 €	81%	-14.650,04€	-33%
POCH - Centro Qualifica	45.807,00 €	22.903,00 €	68.710,00 €	48.607,26 €	71%	-20.102,74 €	-29%
POCH - Educ. e Formação de Adultos	49.761,00 €	24.880,00 €	74.641,00 €	-	0,00%	-74.641,00€	-100%
Outros Rendim. e Ganhos	**8.867,00€**	**4.433,00€**	**13.300,00 €**	**14.922,48€**	**112%**	**1.622,48€**	**12%**
Rendimentos Suplementares e O. Rendim. E P. Serviços	8.867,00€	4.433,00 €	13.300,00€	14.922,48€	112%	1.622,48€	12%

Nota: Os valores considerados como Resultados à Exploração, contemplam o valor do contrato programa, distribuído pelas diversas tipologias/cursos, cuja taxa de execução atingiu os 85% (223.981,92€).

Como se pode verificar, da rubrica de Subsídios à Exploração a sua maior execução diz respeito aos Cursos Profissionais.

Com menor cumprimento o Centro Qualifica devido, ao reduzido número de formadores e técnicos associados ao projeto e adequado ao número de adultos, e à limitação do regime de financiamento específico deste projeto. Contribuindo também o facto da decisão de aprovação da candidatura (out.2018 a dez.2020) por parte do POCH, ter ocorrido em meados de janeiro de 2019.

No que se refere ao Curso Educação e Formação, a taxa de execução foi efetivamente de 95%, face ao valor aprovado pelo POCH para o ano de 2018 que ascendeu a 64.931,47€.

A rubrica dos cursos Educação e Formação de Adultos não foi concretizada, dado não ter sido possível a aprovação da candidatura em termos financeiros, ainda que

a mesma tenha sido validada em termos pedagógicos. A aprovação financeira foi vedada às escolas profissionais, tendo sido autorizada apenas para as empresas privadas de formação.

Quadro 5 - Execução dos Gastos

Descrição	Orçamento de Exploração 2018			Resultado Exploração 2018	Taxa de Execução Ano	Desvios Ano	
	Janeiro a Agosto	Setembro a Dezembro	Total			em valor	em %
Total de Gastos	988.126,00 €	494.058,00 €	1.482.184,00 €	1.388.747,13 €	93,7%	-93.436,87 €	-6.3%
CMVMC	6.367,00 €	3.183,00 €	9.550,00 €	9.245,35 €	97%	-304,65 €	-3%
Fornecimento e Serviços Externos	441.940,00 €	220.968,00 €	662.908,00 €	521.025,28 €	79 %	-141.882,72 €	-21%
Gastos com Pessoal	485.109,00 €	242.554,00 €	727.663,00 €	781.453,47 €	107,7 %	53.790,47 €	7,4%
Gastos de Depreciação e Amortização	44.056,00 €	22.028,00 €	66.083,00 €	66.263,70 €	100,3 %	180,70 €	0,3%
Provisões				2.365,62 €	100%	2.365,62 €	100%
Outros Gastos e Perdas	4.490,00 €	2.244,00 €	6.734,00 €	3.178,08 €	47 %	-3.555,92€	-53%
Gastos e Perdas Financiamento	6.164,00 €	3.081,00 €	9.245,00 €	5.215,63 €	56 %	-4.029,37 €	-44%

Da análise do quadro anterior, ressalta um contexto generalizado de variações negativas, consequência direta da não aprovação do curso Educação e Formação de Adultos, e porque teve por base a coerência e gestão rigorosa dos gastos estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos.

O desvio da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, deve-se essencialmente à redução verificada nos gastos com honorários, deslocação e alimentação dos formandos conforme referido anteriormente. Sendo de referir o aumento significativo da rubrica conservação e reparação, na sequência de trabalhos de melhoramento dos espaços físicos da EPF. Também a rubrica gastos com serviços bancários ultrapassou largamente o valor orçamentado, resultante do reforço da conta corrente caucionada e constante utilização (gestão/comissões).

Os gastos com o pessoal sofreram um desvio relativo ao previsto, registando-se um acréscimo de gastos, que se justificam pela diminuição da rubrica com formadores externos, resultante do aumento do quadro de pessoal interno, e também pelo reconhecimento de gastos referentes a valores/dívida ao Sistema Nacional de Saúde, no valor de 28.201,76€ relativos aos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme notificação da ACSS, IP recebida em outubro de 2018.

Relativamente aos gastos e perdas de financiamento, foi considerada no orçamento de 2018, a contratação de um empréstimo bancário destinado ao pagamento da aquisição em 2017 das novas instalações (estruturas modulares). Tal não se verificou, pelo que, os gastos suportados são essencialmente resultado do recurso à conta corrente caucionada, cujo plafond foi alargado até ao montante de 650.000,00€ (até junho), na sequência da aquisição/pagamento dos monoblocos adquiridos em finais de 2017. Esta conta também utilizada muito frequentemente, consequência do atraso nos reembolsos dos fundos comunitários.

I.4 Principais Investimentos

O contexto vivido (limitação dos recursos financeiros disponíveis) não permitiu neste ano um plano regular de investimento, dado que todos os recursos financeiros disponíveis foram afetos ao funcionamento corrente.

II - Perspetivas de Evolução 2019

Tendo em conta o atual contexto já traçado, importa sublinhar que é previsível que o ano de 2019 vá continuar a ser marcado por constrangimentos financeiros. Contudo, espera-se que a rede de Escolas Profissionais continue a ser gerida de forma racional e flexível beneficiando das atuais regras de financiamento, ajustadas à especificidade dos públicos, continuando a contribuir para a qualificação dos jovens contribuindo para a redução dos fenómenos do abandono e insucesso escolar.

Apesar das dificuldades do contexto macroeconómico, afigura-se realista a manutenção de um quadro positivo no domínio formativo; tendo em conta as linhas estratégicas das políticas de educação e formação atualmente vigentes.

Espera-se que a cobertura financeira para o próximo ano seja assegurada com as condições e a contratualização de resultados assumidos no POCH/FSE, através dos subsídios atribuídos aos cursos (a custos unitários) e do reembolso de encargos com formandos (a custos reais), e, ainda, através dos subsídios da entidade pública detentora da maioria do capital materializados num contrato programa.

Projetos de Formação

Dado tratar-se de um estabelecimento de ensino tutelado, inserido na rede nacional de ensino, tem autonomia para ministrar todas as áreas de formação que entenda; contudo privilegiará as áreas de formação em que detém maiores recursos e experiência: Gestão e Administração; Ciências Informáticas; Calçado; Eletrónica e Multimédia.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado:

- 12 ou 13 ações de cursos profissionais;
- 1 ação do curso de educação-formação de jovens;
- Manutenção do Centro Qualifica

Projetos de Trabalho

Do seu plano de ação e intervenção para o período, destacam-se como principais objetivos:

- O cumprimento dos objetivos formativos previstos;
- A execução do Plano Anual de Atividades e a manutenção do esforço de participação escolar e institucional em projetos e concursos, e a manutenção da estreita ligação e cooperação, com o tecido empresarial local e regional.
- A adaptação e modernização do organigrama funcional da instituição e dos seus procedimentos internos aos novos desafios decorrentes da implementação do sistema de garantia da qualidade em linha com o EQAVET.

Projetos de Investimento

A manutenção na instituição de uma oferta formativa vasta e diversificada, abrangente em termos de público e, face aos atuais recursos, exige urgente investimento em novos recursos técnicos e materiais. Há necessidade de atualização e reforço de equipamentos, em particular nas áreas de informática, multimédia e eletrónica.

Manter-se-á nesta matéria, o princípio do estabelecimento de prioridades - acima evidenciadas - face à limitação dos recursos financeiros disponíveis, sendo que se consideram sempre prioritários os investimentos em recursos técnicos diretamente afetos à área formativa.

Continuam a ser necessárias obras de beneficiação e melhoramento das instalações.

III - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65 e 66 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

1 - Dos resultados do exercício que apresentam um saldo positivo, no valor de **46.842,41 €** (quarenta e seis mil e oitocentos e quarenta e dois euros e quarenta e um cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

1.1 **2.342,12 €** (dois mil e trezentos e quarenta e dois euros e doze cêntimos) para Reserva Legal (5% - artºs 218 e 295 do Código das Sociedades Comerciais).

12 **44.500,29 €** (quarenta e quatro mil e quinhentos euros e vinte e nove cêntimos) para Resultados Transitados.

NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a gerência aproveita a oportunidade para renovar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisores Oficiais de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso desempenho ao longo do árduo e particularmente difícil ano, agora terminado.

Felgueiras, 01 de abril de 2019

A Gerência,

Vera Sampaio

Escola Profissional
de Felgueiras

ANEXO

REFERENTE AO PERIODO DE 2018

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:
1.Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, EM é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras formam preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. No exercício em análise e por força da mudança das instalações da Escola, registou a rúbrica de Ativos tangíveis um acréscimo acentuado, fruto a instalação de novas salas de aula.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método "da linha rectal", em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 setembro de 2009.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

As taxas de amortização utilizadas, foram as previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 setembro de 2009.

3.2.2.– ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.
Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

•O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
•É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
•Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POPH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

Relativamente ao modelo de financiamento dos cursos geridos pelo POPH, os fundos eram transferidos da seguinte forma: 85% pelo FSE (fundo social europeu) e 15% pelo CPN (comparticipação pública nacional), em consonância com o estabelecido no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de Setembro em conjugação com o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 de 10 de Dezembro e Portaria 60-C/2015 de 2 de Março. O Despacho nº 21257/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social conferiu as escolas profissionais que tinham participações municipais um regime de exceção, que garantia que a comparticipação pública nacional de 15% dos fundos fosse assumida através do Orçamento da Segurança Social. Durante o ano de 2017 e em face do questionamento relativamente às verbas transferidas, foi a escola informada que o regime de exceção conferido pelo despacho nº 21257/2008 tinha terminado, pelo que os cursos com início de 2016, seriam financiados nos 15% pelas entidades detentoras da referida escola uma vez faziam parte do setor público empresarial. Em face desta nova dinâmica, e muito embora tanto a escola quanto o município, tenham encetado todos os esforços no sentido de junto das entidades competentes alertar para a necessidade de alterar a lei de financiamento, conferindo eventualmente novo regime de exceção, ainda não foi obtido qualquer desenvolvimento nesse sentido. Desta forma e no cumprimento da lei, foi celebrado um contrato programa para o ano em análise com vista a garantir o financiamento dos 15% das verbas aprovadas para o ano dos cursos que estão em funcionamento.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Não foi constituída qualquer provisão, nomeadamente provisões para processos judiciais em curso, uma vez que não existe qualquer processo, de acordo com informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com o advogado.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos

3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

3.2.11. – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a

pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.2.12. – JUIZOS DE VALOR CRITICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCICIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2018 não foram efetuados quaisquer correções de erros ou de estimativas.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerário	721,78	556,70
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	9.157,74	4.282,21
Aplicações de tesouraria		
	9.879,52	4.838,91

NOTA 6. ACTIVOS INTANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2018

	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo inicial					4.327,14	4.327,14
Ajustamentos de conversão						
Aquisições						
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial					1.082,00	1082,00
Ajustamentos de conversão						
Amortizações do exercício					720,90	720,90
Saldo final					1.802,90	1.802,90
Activos liquidos					2.524,24	2.524,24

31/12/2017

	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão						
Aquisições					4 327,14	4.327,14
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial					715,34	715,34
Ajustamentos de conversão						
Amortizações do exercício					366,66	366,66
Saldo final					1.082,00	1.082,00
Activos liquidos					3.245,14	3.245,14

NOTA 7. ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2018								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		439.654,08	700.127,60	62.785,15		59.834,65	97.072,13		1.359.473,61
Aquisições			1.051,65			1.241,44	190,00		2.483,09
Alienações		33.367,87	41.093,78	1.825,64		8.530,97	16.477,94		101.296,20
Saldo final		406.286,21	660.085,47	60.959,51		52.545,12	80.784,19		1.260.660,50
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		103.723,33	684.005,09	62.006,47		55.223,67	87.406,11		992.364,67
Depreciações do exercício		58.934,46	3.498,04	144,87		1.073,53	1.891,90		65.542,80
Regularizações		33.367,87	41.093,78	1.825,64		8.530,97	16.477,94		101.296,20
Saldo final		129.289,92	646.409,35	60.325,70		47.766,23	72.820,07		956.611,27
Activos líquidos		276.996,29	13.676,12	633,81		4.778,89	7.964,12		304.049,23

	31/12/2017								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	701.375,03	62.785,15		68.368,73	94.247,43		1.037.811,32
Aquisições		328.619,10	2.037,72			628,04	3.009,66		334.294,52
Alienações			3.285,15			9.162,12	184,96		12.632,23
Saldo final		439.654,08	700.127,60	62.785,15		59.834,65	97.072,13		1.359.473,61
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		92.183,64	683.026,03	61.861,60		63.459,17	84.998,10		985.528,54
Depreciações do exercício		11.539,69	4.149,35	144,87		926,62	2.592,97		19.353,50
Regularizações			3.170,29			9.162,12	184,96		12.517,37
Saldo final		103.723,33	684.005,09	62.006,47		55.223,67	87.406,11		992.364,67
Activos líquidos		335.930,75	16.122,51	778,68		4.610,98	9.666,02		367.108,94

NOTA 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	31/12/2018						
	Invest Subsidiarias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial					208,50		208,50
Aquisições					344,77		344,77

Alienações						
Transferências e abates						
Saldo final			0,00	553,27		553,27

31/12/2017

	Invest Subsidiarias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control	Invest. Outras Emp.	Out. Investim Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				50,00	5,16		55,16
Aquisições					203,34		203,34
Alienações				50,00			50,00
Saldo final				0,00	208,50		208,50

NOTA 9. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Perdas por impandade	Quantia liquida	Quantia bruta	Perdas por impandade	Quantia liquida
Mercadorias	412,40		412,40	775,66		775,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	412,40		412,40	775,66		775,66

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme segue:

	31/12/2018		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	775,66		775,66
Compras	8.993,69		8.993,69
Regularizações	111,60		-111,60
Saldo final	412,40		412,40
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.245,35		9.245,35

	31/12/2017		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	761,14		761,14
Compras	9.205,35		9.205,35
Regularizações	-93,94		-93,94
Saldo final	775,66		775,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.096,89		9.096,89

NOTA 10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de dezembro de 2018 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	31/12/2018					
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019 - 1120	2.863.535,18	1.925.350,59	602 225,09	730.650,12	107.883,70	623.799,17
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2017/2020 - 1667	1.444.133,54	453.278,94	902.299,90	433.017,51	65.745,94	853.768,92
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2018/2020 - 2131	1.024.555,37	71.450,47	930.648,65	149.708,30	22.456,25	874.847,07
Cursos Vocacionais 2015/2016 - 405	174.489,06	113.417,89	18.536,22	0,00	0,00	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017 - 753	121.376,47	36.924,99	57.784,78	0,00	0,00	0,00
CEF 2017/2019 - 1088	160.562,48	65.367,11	83.030,85	61.846,96	9.013,34	79.465,69
CQEP - 110	98.633,27	64.111,62	-36.460,26	0,00	0,00	0,00
Qualifica 2017/2018 - 282	167.554,74	42.726,46	110.594,42	41.817,58	5.660,80	72.662,32
Qualifica 2018/2020 - 726	215.424,00	0,00	214.225,82	7.987.85	1.198,18	207.436,15
	6.270.264,11	2.772.628,07	2.882.885,47	1.425.028,32	211.958,21	2.711.979,32

Foi celebrado a 18/06/2018, Contrato Programa no valor de 264.827,42€ que visava a cobertura do 15% de financiamento do ano 2018, relativo aos cursos a decorrer no ano. Do valor aprovado, foi transferido 198.620,57€ até 31/12/2018, aguardando a transferência do remanescente para 2019.

Relativamente ao Vocacional 2016/2017 (753), não foi aprovada despesa no valor de 33.232,30€ pelo que o referido valor foi regularizado em resultados transitados; Quanto ao CQEP, foi aprovado somente despesa no valor de 27.651,36€, pelo que também levou a uma regularização em resultado transitado no valor de 10.733,90€. No que se refere a este projeto, terá a escola de devolver 36.460,26€ de verba transferida em excesso.

Em 31 de dezembro de 2017 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	31/12/2017					
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019	2.863.535,18	1.081.779,95	1.553.679,43	1.006.041,50	177.536,74	1.343.024,02
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profisslonais	1.532.455,00	0,00	1.509.646,24	129.249,62	22.808,76	1.380.396,61

2017/2020						
Cursos Vocacionais 2015/2016	174.489,06	113.417,89	51.768,52	0,00	0,00	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017	121.376,47	0,00	94.710,67	55.726,60	9.834,11	0,00
CEF 2017/2019	160.562,48	0,00	157.411,30	17.856,70	3.151,18	139.554,60
CQEP/Centro Qualifica	188.615,67	64.111,62	109.157,12	48.580,70	8.573,06	86.302,79
	5.041.033,86	1.259.309,46	3.476.373,28	1.257.455,12	221.903,85	2.949.278,02

NOTA 11. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21,00%.
O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes de impostos	51.203,67	-102.226,34
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	1.411,76
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	342,18	912,30
Insuficiência de estimativa impostos	33,41	
Lucro tributável	51.579,26	-99.902,28
Prejuízos dedutíveis	36.105,48	
Matéria coletável	15.473,78	
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	3.249,50	0,00
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à coleta – tributação autónoma	338,07	742,13
Ajustamentos à coleta – derrama	773,69	
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	4.361,26	742,13
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	4.361,26	742,13
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
	4.361,26	742,13

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a

Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2015 a 2018 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros
As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2018	31/12/2017
Outros créditos a receber	2.947.896,68	3.447.164,08
Clientes	0,00	1.138,00
	2.947.896,68	3.448.302,08

PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	67.549,44	116.672,08
Financiamentos Obtidos	69.000,00	373.000,00
Outras dívidas a pagar	149.499,40	275.297,50
	286.048,84	764.969,58

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de crédito
O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de dezembro de 2018, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em outros créditos a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.
A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2018, foram cortadas e não compensadas por outras fontes de financiamento.

Fornecedores
Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Não vencido	28.681,00	67.689,12
Vencido:		
0-30 dias	34.467,84	7.294,34
30-90 dias	4.341,90	26.101,82
90-180 dias	58,70	522,78
180-360 dias		
> 360 dias		
	67.549,44	116.672,08

NOTA 13. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2018	31/12/2017
Outros Gastos a Reconhecer	1.915,98	6.288,11
	1.915,98	6.288,11

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2018	31/12/2017
Subsídios Cursos Profissionais	2.352.415,36	2.723.420,63
Subsídios Cursos Vocacionais	0,00	0,00
Subsídios Cursos CEF	79.465,69	139.554,60
Subsídios CQEP	0,00	37.722,09
Subsídios Qualifica	280.098,46	48.580,70
Contrato Programa	40.895,50	0,00
	2.752.875,01	2.949.278,02

NOTA 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta			491,00	
Pagamentos especiais por conta	1.754,37		1 390,37	
Estimativa de imposto		3.819,68		742,13
IRC - reembolso				
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento		13.281,84		15.885,94
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		0,00		0,00
Sobretaxa		173,69		276,69
Imposto sobre o valor acrescentado		1.595,24		1.250,54
ADSE		20.395,69		17.945,90
Contribuições para a Segurança Social		6.415,86		4.908,54
Caixa Geral Aposentações	1.754,37	45.682,00	1.881,37	41.009,74

NOTA 15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços Especializados	40.423,51	40.037,84
Publicidade e Propraganda	2.997,54	9.613,24
Vigilancia e Segurança	1.715,00	1.772,57
Honorarios	87.902,84	98.234,02
Conservação e Reparação	6.633,11	1.833,80
Serviços Bancários	5.004,62	1.078,40
Ferramentas Utensilios Desgaste Rapido	96,67	31,94
Livros e Documentação Técnica	16,01	170,65
Material Escritorio	7.675,23	6.672,33
Ofertas	146,68	24,61
Materia Pedagógico	11.312,19	10.231,40
Material limpeza, higiene e conforto	2.594,39	1.921,63
Material conservação e reparação	1.102,04	1.212,5
Combustiveis	2.071,56	1.609,99
Água	527,10	1.045,99
Outros fluidos	0,00	41,33
Deslocaçoes e Estadas	118.962,62	124.414,98
Desl. Formados	118.776,92	124.080,88
Aloj. Formandos	0,00	0,00
Outras	185,70	334,10
Rendas e Alugueres	6.334,69	1.070,52
Despesas Postais	466,08	380,18
Telefone/Internet	6.531,30	8.116,83
Seguros	3.349,36	2.291,02

Viaturas	725,93	725,99
Outros	2.623,43	1.565,03
Contencioso e Notariado	914,09	3.756,65
Despesas Representação	143,00	97,50
Limpeza, Higiene e Conforto	0,00	0,00
Outros Serviços	214.105,65	245.628,07
Impresa/Revistas	0,00	75,02
Desp c/ out Activ.	1.125,67	932,19
Bolsas	24.886,66	41.734,56
Aliment. Formandos	183.985,10	198.866,17
Out. Desp. c/Formandos	3.117,91	2.707,42
Portagens e Estacionamentos	396,65	191,30
Diversos	593,66	1.125,41
TOTAL FSE	**521.025,28**	**561.287,54**

NOTA 16. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações dos Orgãos Sociais	55.202,01	43.880,57
Remunerações do Pessoal	561.125,61	582.402,72
Indemnizações	0,00	10.835,03
Encargos sobre Remunerações	132.554,35	134.687,68
Seguros Acidentes Trabalho	4.252,19	4.000,30
Gastos Acção Social	117,46	765,41
Outros a)	28.201,85	140,00
TOTAL GASTOS PESSOAL	**781.453,47**	**776.711,71**

a)O valor constante para o ano de 2018, refere-se a contribuição para a ACSS.

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 4.920,00€ relativos ao ano de 2018, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço: 32

NOTA 17. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	65.542,80	19.708,17
Activos fixos intangíveis (Nota 7)	720,90	366,66
	66.263,70	20.074,83

NOTA 18. PROVISÕES/REVERSÕES

O detalhe da rubrica de "Provisões" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões processos indemnização cessação contratos trabalho (Nota 3)	2 365,62	0,00
Reversões processos judiciais		
	2.365,62	0,00

NOTA 19. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos suplementares	13.663,84	16.006,25
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento	46,13	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	70,00	730,87
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	167,51	780,17
	13.947,48	17.517,29

NOTA 20. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas	1.337,50	988,79
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	1.411,76
Perdas em inventários	0,00	45,00
Donativos	20,00	200,00
Quotizações	1.440,00	1.440,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	342,18	912,30
Insuficiencia estimativa imposto	33,41	0,00
Outros	4,99	400,27
	3.178,08	5.398,12

NOTA 21. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	3.644,27	1.817,23
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento	1.571,36	2.812,43
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	5.215,63	4.629,66

NOTA 22. COBERTURA DE PREJUIZOS

Foi efetuado a cobertura de prejuízos relativos ao ano de 2017, pela socia maioritária, na proporção da sua quota, cuja entrada de fundos, no valor de 101.204,07€ foi efetuada a 30/06/2018.

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

À data de elaboração das presentes contas semestrais, temos conhecimento dos seguintes factos ocorridos após 31 de dezembro de 2018.

1. Está a decorrer o processo para a transmissão onerosa da quota minoritária, pertencente à Drª Paula Dantas, para a sócia maioritária, Câmara Municipal Felgueiras. O processo encontra-se aguardar visto do Tribunal de Contas.

2. Não existem processos judiciais a decorrer.

3. Aguarda-se o recebimento pelo município do valor da cobertura dos Resultados Líquidos dos exercícios anteriores a 2017 e do remanescente do Contrato Programa.

Felgueiras, 01 de abril de 2019

O Contabilista Certificado

192447343

22398

A Gerência

Escola Profissional de Felgueiras

DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL

31-dez-18

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez-18	dez-17
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	7	304.049,23	367.108,94
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	6	2.524,24	3.245,14
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	8	553,27	208,50
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos			
		307.126,74	370.562,58
		46.842,41	
Activo corrente:			
Inventários	9	412,40	775,66
Activos biológicos			
Clientes			1.138,00
Estado e outros entes públicos	14	1.754,37	1.881,37
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditosa receber	12	2.947.896,68	3.447.164,08
Diferimentos	13	1.915,98	6.288,11
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	9.879,52	4.838,91
		2.961.858,95	3.462.086,13
Total do Activo		**3.268.985,69**	**3.832.648,71**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

192447343

22398

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL

31-dez-18

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS dez-18	dez-17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital subscrito	1	376.000,00	376.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas Legais		3.715,17	3.715,17
Outras reservas			
Resultados transitados	3,2,6/10	(245.085,02)	(199.355,33)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações no capital próprio			
		134.630,15	180.359,84
Resultado líquido do período		46.842,41	(102.968,47)
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		181.472,56	77.391,37
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões	3.2.7	2.365,62	
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		2.365,62	
Passivo corrente:			
Fornecedores	12	67.549,44	116.672,08
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	46.223,58	41.009,74
Financiamentos obtidos	12	69.000,00	373.000,00
Outras dívidas a pagar	12	149.499,48	275.297,50
Diferimentos	13	2.752.875,01	2.949.278,02
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		3.085.147,51	3.755.257,34
Total do passivo		3.087.513,13	3.755.257,34
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.268.985,69	3.832.648,71

O CONTABILISTA CERTIFICADO

GERÊNCIA

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31-dez-18

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		975,00	
Subsídios à exploração	10	1.425.028,32	1.257.455,12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(9.245,35)	(9.096,89)
Fornecimentos e serviços externos	15	(521.025,28)	(561.287,54)
Gastos com o pessoal	16	(781.453,47)	(776.711,71)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	18	(2.365,62)	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19	13.947,48	17.517,29
Outros gastos	20	(3.178,08)	(5.398,12)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122.683,00	(77.521,85)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17	(66.263,70)	(20.074,83)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.419,30	(97.596,68)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	21	(5.215,63)	(4.629,66)
Resultado antes de impostos		51.203,67	(102.226,34)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(4.361,26)	(742,13)
Resultado líquido do período		**46.842,41**	**(102.968,47)**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

192447343

22398

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, EM

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA
31-dez-18

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo					
Recebimentos de clientes		+		1.599,25	0,00
Pagamentos a fornecedores		-		-411.556,05	-427.209,32
Pagamentos ao pessoal		-		-481.204,37	-429.590,72
Caixa gerada pelas operações		+/-		-891.161,17	-856.800,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		-648,54	-491,00
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		1.240.522,45	836.832,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais	**(1)**	+/-		348.712,74	-20.458,32
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		-135.385,80	-205.865,47
Activos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-		-344,77	-253,34
Outros activos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		70,00	
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+			
Outros activos		+			50,00
Subsídios ao investimento		+			
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	**(2)**	+/-		-135.660,57	-206.068,81
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		1.023.500,00	827.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuízos		+		101.204,07	
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-1.327.500,00	-594.000,00
Juros e gastos similares		-		-5.215,63	-4.629,66
Dividendos		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	**(3)**			-208.011,56	228.370,34
Variação de caixa e seus equivalentes	**(1)+(2)+(3)**			5.040,61	1.843,21
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		4.838,91	2.995,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		9.879,52	4.838,91

NIF: 504 575 848

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

192447343

22398

EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	376.000,00				3.715,17		-199.356,33				-102.968,47	77.391,37		77.391,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-146.934,66				102.968,47	-43.966,19		-43.966,19
	7					0,00		-146.934,66			0,00	102.968,47	-43.966,19		-43.966,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											46.842,41	46.842,41		46.842,41
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											149.810,88	2.876,22		2.876,22
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrição de capital															
Sbscrições de prémios de emissão															
Distribuições								101.204,97					101.204,97		
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10							101.204,97					101.204,97		101.204,97
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	376.000,00				3.715,17		-245.085,02			0,00	46.842,41	181.472,56		181.472,56

O Contabilista Certificado

NIF/ Matrícula
504 575 848

A Gerência

192447343

22398

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018

Classif.	Descriminação	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018 Rendimentos Previsionais		
		JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL em Euros
	RENDIMENTOS GERAIS	**1 090 527 €**	**392 731 €**	**1 483 257 €**
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			- €
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	**1 081 660 €**	**388 298 €**	**1 469 957 €**
	POCH - Cursos Profissionais	935 094 €	315 016 €	1 250 110 €
	POCH - Cursos Educação e Formação	50 998 €	25 499 €	76 497 €
	POCH -Centro Qualifica	45 807 €	22 903 €	68 710 €
	POCH - Cursos Educação e Formação de Adultos	49 761 €	24 880 €	74 641 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	**8 867 €**	**4 433 €**	**13 300 €**
	Rendimentos suplementares	8 867 €	4 433 €	13 300 €

Resultado Exploração Ano	Taxa Execução	Desvios em Valor
1 439 950,80 €	**97%**	**43 306,20 €**
975,00 €		**975,00 €**
1 425 028,32 €	**97%**	**- 30 279,64 €**
1 314 574,10 €	105%	64 464,10 €
61 846,96 €	81%	- 14 650,04 €
48 607,26 €	71%	- 20 102,74 €
	0%	- 74 641,00 €
13 947,48 €	**105%**	**647,48 €**
13 947,48 €	105%	647,48 €

Classif	Descriminação	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018 Gastos Previsionais		
		JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL em Euros
61	**Custo das mercad. vendida e das mat. cons.**	**6 367 €**	**3 183 €**	**9 550 €**
	Mercadorias	6 367 €	3 183 €	9 550 €
62	**Fornecimento e serviços externos**	**441 940 €**	**220 968 €**	**662 908 €**
622	**Serviços especializados**	**129 777 €**	**64 889 €**	**194 666 €**
	Trabalhos especializados	21 566 €	10 783 €	32 349 €
	Publicidade e propaganda	8 545 €	4 273 €	12 818 €
	Vigilância e segurança	711 €	356 €	1 067 €
	Honorários	97 344 €	48 672 €	146 016 €
	Conservação e reparação	554 €	277 €	831 €
	Serviços bancários	1 057 €	528 €	1 585 €
623		**20 350 €**	**10 174 €**	**30 524 €**
	Ferramentas utens. desg. rápido	160 €	80 €	240 €
	Livros e documentação técnica	152 €	76 €	228 €
	Material escritório	4 994 €	2 497 €	7 491 €
	Material pedagógico	13 705 €	6 852 €	20 557 €
	Material Limpeza Higiene e conforto	1 339 €	669 €	2 008 €
624	**Energia e fluidos**	**1 867 €**	**933 €**	**2 800 €**
	Combustíveis	1 135 €	567 €	1 702 €
	Outros fluidos	737 €	366 €	1 098 €
625	**Deslocações, estadas e transportes**	**97 417 €**	**48 707 €**	**146 124 €**
	Deslocações - formandos	97 237 €	48 617 €	145 854 €
	Deslocações, estadas e portagens	180 €	90 €	270 €
626	**Serviços diversos**	**192 530 €**	**96 265 €**	**288 795 €**
	Rendas e alugueres	3 600 €	1 800 €	5 400 €
	Comunicação	5 221 €	2 610 €	7 831 €
	Seguros	1 834 €	917 €	2 751 €
	Contencioso e Notariado	1 250 €	625 €	1 876 €
	Serviços Diversos com Formandos	**180 624 €**	**90 312 €**	**270 937 €**
	Despesas c/outras atividades	1 564 €	782 €	2 346 €
	Bolsa de Material de Estudo - Formandos	16 371 €	8 186 €	24 557 €
	Bolsa Profissionalização - Formandos	6 534 €	3 267 €	9 801 €
	Alimentação - Formandos	148 775 €	74 387 €	223 163 €
	Outras despesas com formandos	2 086 €	1 043 €	3 129 €
	Outros diversos	5 294 €	2 647 €	7 941 €
63	**GASTOS COM O PESSOAL**	**485 108 €**	**242 554 €**	**727 663 €**
	Remunerações e gastos gerais (centro de custos)	401 568 €	200 784 €	602 352 €
	Encargos sobre remunerações	79 985 €	39 992 €	119 977 €
	Seguros de acidentes no trabalho e doença	3 555 €	1 778 €	5 333 €
64	**GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**	**44 056 €**	**22 028 €**	**66 083 €**
	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	44 056 €	22 028 €	66 083 €
	PROVISÕES			0 €
68	**OUTROS GASTOS E PERDAS**	**4 490 €**	**2 245 €**	**6 734 €**
69	**GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO**	**6 164 €**	**3 081 €**	**9 245 €**

1	2	3=(2/1)		
Orçamento Exploração 2018	RESULTADO EXPLORAÇÃO ANO	Taxa de Execução Ano	Desvios Ano	
9 550,00 €	**9 245,35 €**	**97%**	**- 304,65 €**	**-3,19%**
9 550,00 €	9 245,35 €	97%	- 304,65 €	-3,19%
662 908,10 €	**521 025,28 €**	**79%**	**- 141 882,82 €**	**-21,40%**
194 666,00 €	**144 676,62 €**	**74%**	**- 49 989,38 €**	**-25,68%**
32 349,00 €	40 423,51 €	125%	8 074,51 €	24,96%
12 818,00 €	2 997,54 €	23%	- 9 820,46 €	-76,61%
1 067,00 €	1 715,00 €	161%	648,00 €	60,73%
146 016,00 €	87 902,84 €	60%	- 58 113,16 €	-39,80%
831,00 €	6 633,11 €	798%	5 802,11 €	698,21%
1 585,00 €	5 004,62 €	316%	3 419,62 €	215,75%
30 524,00 €	**22 943,21 €**	**75%**	**- 7 580,79 €**	**-24,84%**
240,00 €	96,67 €	40%	- 143,33 €	-59,72%
228,00 €	162,69 €	71%	- 65,31 €	-28,64%
7 491,00 €	7 675,23 €	102%	184,23 €	2,46%
20 557,00 €	12 414,23 €	60%	- 8 142,77 €	-39,61%
2 008,00 €	2 594,39 €	129%	586,39 €	29,20%
2 799,50 €	2 598,66 €	93%	- 200,84 €	-7,17%
1 701,50 €	2 071,56 €	122%	370,06 €	21,75%
1 098,00 €	527,10 €	48%	- 570,90 €	-51,99%
146 124,00 €	119 359,27 €	82%	- 26 764,73 €	-18,32%
145 854,00 €	118 776,92 €	81%	- 27 077,08 €	-18,56%
270,00 €	582,35 €	216%	312,35 €	115,69%
288 794,60 €	231 447,52 €	80%	- 57 347,08 €	-19,86%
5 400,00 €	6 334,69 €	117%	934,69 €	17,31%
7 831,00 €	6 997,38 €	89%	- 833,62 €	-10,65%
2 751,00 €	3 349,36 €	122%	598,36 €	21,75%
1 875,80 €	1 057,09 €	56%	- 818,71 €	-43,65%
270 936,80 €	213 709,00 €	79%	- 57 227,80 €	-21,12%
2 346,00 €	1 125,67 €	48%	- 1 220,33 €	-52,02%
24 557,00 €	12 566,75 €	51%	- 11 990,25 €	-48,83%
9 801,00 €	12 319,91 €	0%	2 518,91 €	25,70%
223 162,80 €	183 985,10 €	82%	- 39 177,70 €	-17,56%
3 129,00 €	3 117,91 €	100%	- 11,09 €	-0,35%
7 941,00 €	593,66 €	7%	- 7 347,34 €	-92,52%
727 663,40 €	**783 819,09 €**	**108%**	**56 155,69 €**	**7,72%**
602 352,40 €	618 693,24 €	103%	16 340,84 €	2,71%
119 977,00 €	160 756,20 €	134%	40 779,20 €	33,99%
5 333,00 €	4 369,65 €	82%	- 963,35 €	-18,06%
66 083,00 €	**66 263,70 €**	**100%**	**180,70 €**	**0,27%**
66 083,00 €	66 263,70 €	100%	180,70 €	0,27%
0,00 €	2 365,62 €		2 365,62 €	100,00%
6 734,00 €	**3 178,08 €**	**47%**	**- 3 555,92 €**	**-52,81%**
9 245,00 €	**5 215,63 €**	**56%**	**- 4 029,37 €**	**-43,58%**

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1° 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3° 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.268.986 euros e um total de capital próprio de 181.473 euros, incluindo um resultado líquido de 46.842 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International, RSM International é uma rede de [illegible] prestadoras de serviços profissionais de auditoria, fiscais e de consultoria. RSM é uma marca utilizada pelos membros da RSM International não correspondendo, por si só, a uma entidade legalmente constituída.

Inscrição na Lista de Auditores da CMVM sob o n.º [illegible]

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RSM

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 1 de abril de 2019

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº622)
registado na CMVM com o nº 20160268

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15 - 1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

Á Gerência e aos sócios da

E.P.F. – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.

Assunto: **Relatório sobre a fiscalização efetuada**

Porto, 1 de abril de 2019

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.

2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

   2.1. Acompanhamento da gestão da Entidade, através da participação em reuniões havidas com a Gerência e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

   2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo.

   2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

   2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

      a) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

      b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;

      c) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente membro da RSM International, a denominação de uma rede internacional de entidades [illegible] serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde em qualquer jurisdição a uma entidade legalmente reconhecida

d) Análise das situações justificativas do reconhecimento quer de perdas por imparidade em ativos quer de provisões;

e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações;

f) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

g) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

h) Apreciação da política de seguros de investimentos detidos, incluindo a atualização dos capitais seguros;

i) Verificação das principais variações patrimoniais (positivas e negativas) ocorridas no exercício quanto à sua natureza e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.

3. Solicitámos à Gerência a Declaração do Órgão de Gestão a que se refere o parágrafo 20 das Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

4. Emitimos a certificação legal das contas que aqui se dá por integralmente reproduzida.

5. Em consequência do exame efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:

5.1. Tal como referem o relatório de gestão e o anexo, o financiamento dos cursos no âmbito do POCH, são assegurados em 85% pelo Fundo Social Europeu e 15% pela comparticipação pública nacional. Esta última componente vinha sendo atribuída à EPF pela Segurança Social e passou a ser da responsabilidade dos detentores de capital da Entidade.

Para cumprir com esta responsabilidade, em 18 de junho de 2018, foi celebrado um contrato programa entre a Entidade e o acionista Município de Felgueiras, no montante de 264.827,42 euros, correspondente à comparticipação pública nacional de 15% dos projetos. Durante o ano de 2018, o município transferiu 198.620,57 euros.

5.2. Conforme referimos no relatório sobre a fiscalização por nós efetuada em relação ao exercício de 2017, nesse ano, a E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., mudou as suas instalações do lote 1 para o lote 5 do loteamento 2/01, a pedido do Município de Felgueiras.
Desta mudança resultou um investimento que foi financiado, nas circunstâncias aí referidas, por recurso a subsídios do POCH e do reforço, por adenda, de uma conta caucionada para um plafond de 650.000euros. Esta conta caucionada em 31 de dezembro de 2018 apresenta apenas um saldo de 69.000 euros.

5.3. A Entidade, neste exercício, recebeu do acionista "Município de Felgueiras" o montante de 101.204,07 euros, respeitantes ao equilíbrio das contas do exercício de 2017, dando cumprimento ao nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

5.4. Tal como já referido por carta de 12 de março de 2015, as contas dos exercícios de 2013 e 2014, apresentaram resultados líquidos negativos, antes de impostos, de 147.194 euros e 14.396 euros, respetivamente, o que, como vimos, nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, obriga à realização de uma transferência financeira, a cargo dos sócios, na proporção das respetivas participações sociais, com vista a equilibrar os resultados dos exercícios em causa, o que, ainda, não se realizou.

5.5. O balanço reportado à data de 31 de dezembro de 2018 apresenta capital próprio no montante de 182.014 euros, valor inferior a metade do capital social. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artigo 171°, bem como ao artigo 35° do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que prevê deverem os sócios tomar as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no n.° 3 do referido artigo.

5.6. Procedemos à circularização a "Raposo, Sá Miranda & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL". A resposta obtida, datada de 12 de fevereiro de 2019, refere a inexistência de ações judiciais em curso.

6. Cumpre-nos informar que apreciámos o relatório de gestão, o qual satisfaz os requisitos legais.

7. Desejamos agradecer à Gerência e a todo o pessoal da Empresa a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos.

De V. Exas.
Atentamente

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n°622)
registado na CMVM com o n° 20160268

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da **EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.**, durante o exercício de dois mil e dezoito, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Gerência e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

O balanço reportado à data de 31 de dezembro de 2018 apresenta capital próprio no montante de 182.014 euros, para o qual contribuiu um resultado líquido positivo de 46.842 euros, valor ainda inferior a metade do capital social. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artigo 171º, bem como ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que prevê deverem os sócios tomar as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no n.º 3 do referido artigo.

Nos termos do artigo 40º, nº 2 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deverão os detentores de capital realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação, com vista a equilibrar os resultados negativos verificados nos exercícios de 2013 e 2014, nos montantes de 147.194 euros e 14.396 euros, respetivamente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no nº 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018, apresentados pela Gerência;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Gerência;

c) Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto,1 de abril de 2019

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº622)
registado na CMVM com o nº 20160268

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING